



**Defensoria Pública  
BAHIA**

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DA 172ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Aos 11 dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 09h e 00min, na sala de  
2 Sessões do Conselho Superior da Defensoria Pública, situada na Av. Ulisses  
3 Guimarães, nº 3.386, Ed. Multi Cab Empresarial, Sussuarana, 4º andar, sala 402, nesta  
4 Capital, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da  
5 Bahia, sob a presidência de Dr. Clériston Cavalcante de Macêdo, Defensor Público  
6 Geral, Rafson Saraiva Ximenes, Conselheiro Subdefensor Público Geral, Dra. Maria  
7 Auxiliadora Santana Bispo Teixeira, Conselheira Corregedora Geral, Dr. Daniel Nicory  
8 do Prado, Conselheiro Titular, Dra. Deliene Martins de Carvalho, Conselheira Titular,  
9 Dra. Hélia Maria Amorim Santos Barbosa, Conselheira Titular, Dr. Marcelo dos Santos  
10 Rodrigues, Conselheiro Titular, Dra. Rosane de Melo Assunção, Conselheira Titular.  
11 Presentes, ainda, Dr. Gilmar Bittencourt S. Silva, Presidente da ADEP/BA, em  
12 exercício, e Dra. Vilma Maria dos Santos Reis, Ouvidora Geral da DPE/BA. Verificada a  
13 existência de quórum, o Presidente do CSDPE agradeceu a presença de todos e  
14 declarou aberta a sessão. **Item 01.** Apresentação do Orçamento 2016. O Presidente do  
15 CS consignou que a presente proposta não é a ideal, porém, foi bastante dialogada  
16 com o Governo do Estado. No ano passado, enquanto Conselheiro, votou pela não  
17 aprovação do Orçamento, eis que não se tratava de proposta, mas, tão-somente, uma  
18 tabela do excel. A sensação na ocasião foi de impotência, pois não se sabia o teor do  
19 orçamento. Na proposta deste ano foi encaminhado para o Poder Executivo um ideal  
20 de 217 milhões, incluindo realização de concurso público. Salientou que a presente  
21 proposta, incluindo diretrizes e dados, estão descritas em documento impresso que  
22 está à disposição dos membros. Salientou a necessidade dos colegas incluir todas as  
23 atividades realizadas nos relatórios encaminhados à Corregedoria Geral, de modo a  
24 registrar com fidelidade a demanda da DPE/BA. Salientou que os atendimentos  
25 realizados pela Ouvidora Geral anterior não foram computados, dado que causou  
26 grande distorção, eis que representa quase 60% do atendimento da Ouvidoria.  
27 Destacou que o Coordenador de T.I. está desenvolvendo um novo sistema para a  
28 Ouvidoria Geral, de forma a traduzir a realidade dos trabalhos realizados. O Presidente  
29 da ADEP/BA, em exercício, Dr. Gilmar Bittencourt S. Silva, consignou que há  
30 atendimentos e atividades que demandam mais tempo e devem ser ponderados. O  
31 Conselheiro Marcelo dos Santos Rodrigues consignou que acompanha as  
32 considerações ventiladas pelo Presidente da ADEP/BA, em exercício. O Conselheiro  
33 Subdefensor Público Geral, Rafson Saraiva Ximenes, consignou que tais situações  
34 apontadas pelo Presidente da ADEP/BA, em exercício, devem ser consideradas.  
35 Destacou que os dados merecem ser auditados para evitar subnotificação ou  
36 hipernotificação. O Presidente da ADEP/BA, em exercício, Dr. Gilmar Bittencourt S.  
37 Silva, consignou que os critérios têm sido aprimorados pela Corregedoria Geral.  
38 Ressaltou que está na hora de se construir um modelo, o qual será importante para a  
39 Instituição. Destacou que, na média, os colegas realizam um trabalho muito bom e, na  
40 prática, o fenômeno principal que merece atenção é a subnotificação. O Conselheiro  
41 Daniel Nicory do Prado salientou que há atividades diferentes uma da outra, a exemplo  
42 de um Júri se comparado com uma audiência de instrução penal. Destacou que,  
43 embora seja possível alcançar a perfeição da relação entre quantidade e qualidade,  
44 acompanha a estratégia do Presidente do CS em demonstrar ao Estado que a

*J. Augusto Teixeira DR*

*DR*

*Rafson Saraiva Ximenes*

*DR*

*DR*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DA 172ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

45 Defensoria custa bem menos se comparado com o custo dos advogados dativos. O  
46 Conselheiro Marcelo dos Santos Rodrigues consignou que em determinadas áreas, a  
47 exemplo da Fazenda Pública, é preciso rever os itens disponíveis no relatório, de forma  
48 a permitir a inclusão de todas as atividades realizadas. Destacou que 80% das petições  
49 realizadas é quase impossível enquadrar no sistema. Há casos que demandam muito  
50 tempo, a exemplo de cotação de prótese ou medicamento em descumprimento de  
51 liminar, e o sistema não permite a inclusão. A Conselheira Corregedora Geral  
52 consignou que solicitará sugestões aos colegas para inclusão de novos itens na  
53 ferramenta. O Presidente da ADEP/BA, em exercício, Dr. Gilmar Bittencourt S. Silva,  
54 consignou que possui preocupação em relação ao item "concurso público" concernente  
55 aos servidores. Há grande possibilidade para termos 04 Defensores para cada  
56 servidor, ao passo que a relação deveria ser ao contrário. Os servidores quando  
57 começam a ganhar uma expertise vão embora. É fundamental que haja um esforço da  
58 Instituição para a realização de Concurso Público de servidores em 2016. O Presidente  
59 do CS esclareceu que vem buscando esforços para evidenciar, cada vez mais, a  
60 necessidade de servidores. Salientou que em 05 (cinco) meses de gestão vem  
61 buscando formas de contornar as questões, seja com redução de gastos em aluguel,  
62 seja com realização de licitação para serviços terceirizados. Inclusive, está negociando  
63 a redução do aluguel do imóvel localizado na sede Administrativa. O Conselheiro  
64 Daniel Nicory do Prado salientou que as condições de trabalho na sede foram um  
65 ganho para aqueles Defensores que realizam atendimento, em especial a área  
66 Criminal. O Presidente do CS salientou que discorda, em parte, das considerações  
67 ventiladas pelo Conselheiro Daniel Nicory do Prado. Destacou que alterou a realização  
68 do plantão na sede administrativa em razão do problema de transporte no final de  
69 semana. Os assistidos estavam enfrentando dificuldades em ter acesso aos serviços  
70 da Defensoria no final de semana. A reforma realizada pela gestão anterior foi em torno  
71 de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ao passo que o valor contratado de aluguel  
72 seria para, apenas, 02(dois) anos, ausente qualquer compensação. Salientou que o  
73 contrato de aluguel da sede administrativa está sendo revisto. Em relação aos  
74 servidores, não houve um planejamento da gestão anterior. O número de Defensores  
75 aumentou e o de servidores vem diminuindo em razão do término dos contratos REDA.  
76 Destacou que buscará o remanejamento de recursos no sentido de minimizar o déficit  
77 de servidores por meio da contratação de terceirizados. Salientou que em relação ao  
78 auxílio-alimentação, a proposta de sua gestão é equiparar ao que é pago pelos demais  
79 órgãos do sistema de Justiça, no valor de R\$ 810,00 (oitocentos e dez) reais,  
80 compreendendo o valor de R\$ 36 (trinta e seis reais) por dia. Consignou que está  
81 acompanhando pessoalmente a execução orçamentária. Salientou que encontrou a  
82 administração sem a realização de inventário de materiais por 06 (seis) anos. Apesar  
83 disso, tem enfrentado as dificuldades e planejado a Defensoria para os próximos  
84 semestres. Em relação ao concurso de servidores e Defensores, aduziu que este ano  
85 debaterá a realização de concurso de Defensor. Em relação ao concurso de servidores,  
86 enquanto Conselheiro no ano passado, não teve acesso ao texto do projeto de lei que  
87 foi encaminhado à Assembleia Legislativa no dia 10 de julho de 2014. Aduziu que há  
88 algumas irregularidades no retro mencionado PL. O Presidente da ADEP/BA, em

*Juliano Peixoto DR*

*(Circular stamp)*

*Adelino Zuluaga* *(Signature)* *(Signature)* *(Signature)* *(Signature)* *(Signature)*

*(Handwritten initials)*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DA 172ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

89 exercício, questionou qual será o posicionamento em relação ao projeto de lei  
90 concernente ao plano de cargos e salários de servidores. O Presidente do CS  
91 consignou que vem fazendo um trabalho junto a ALBA, todavia, há etapas que  
92 precisam ser vencidas para realizar um trabalho político-institucional, inclusive com o  
93 Governador do Estado. Consignou que na presente proposta consta a renovação,  
94 gradativa, da frota de veículos, inclusive, os das Regionais, com automóveis  
95 adequados às atividades. Salientou que há carros com mais de 10 (dez) anos, fato que  
96 aumenta o custo de manutenção. Aduziu que propõe, inclusive, a compra de ônibus  
97 adaptados, com banheiro, elevador para deficientes físicos, sala da espera, para serem  
98 utilizados no projeto da Defensoria Pública itinerante. Em relação ao Instituto do Cacau  
99 está em vigor um convênio entre a DPE/BA e a UESC. A obra não tinha sido entregue  
100 para a Defensoria. Não há pagamento de aluguel, todavia, houve um gasto de R\$  
101 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em reformas. Salientou que visitou o local após  
102 o incêndio. Aduziu que jamais colocará em risco os Defensores. Após visita ao local,  
103 verificou que na parte que não foi atingida pelo incêndio as instalações estão em  
104 condições superiores a da sede Administrativa. Há um TAC relacionado a segurança  
105 do prédio e que ainda não foi assinado. Aduziu que aguarda uma contrapartida do  
106 Governo em relação a segurança do local. A administração está avaliando a compra de  
107 outros imóveis para implantar uma sede de atendimento no centro da cidade. Salientou  
108 que nos últimos 02(dois) anos não havia um orçamento específico para a Corregedoria  
109 e Ouvidoria. Na presente proposta há previsão orçamentária com base em avaliação  
110 técnica. Os valores previstos não são estão fechados. Em relação ao quanto executado  
111 em 2014, a proposta prevê um aumento de 157% para a Corregedoria e 157% para a  
112 Ouvidoria. A Sra. Ouvidora Geral, Dra. Vilma Reis, consignou que terá a incumbência  
113 de realizar audiências públicas em relação a Res. 003/2014 do Conselho Superior e  
114 promover as eleições do novo grupo operativo, o qual será constituído como conselho  
115 consultivo da Ouvidoria da DPE/BA. Salientou que na gestão da Defensora Geral,  
116 Maria Célia Padilha, em 2012 e 2013, na ocasião da escolha do grupo operativo, em  
117 razão da equipe se deslocar pelo Estado da Bahia, foi realizado um gasto de  
118 aproximadamente 70 mil reais. Questionou ao Presidente do CS se, em relação a  
119 previsão orçamentária para publicidade Institucional da DPE/BA, no valor de R\$  
120 700.000,00 (setecentos mil reais), compreende as peças para educação de direitos; em  
121 relação a montagem dos postos avançados, como pretende instalar serviço telefônico  
122 da Ouvidoria e como se darão as visitas às Unidades, as viagens ao interior e o custeio  
123 das viagens ao encontro das Ouvidorias Gerais. O Presidente do CS esclareceu que  
124 em relação aos postos avançados, propõe um token por meio de telefone para que o  
125 assistido possa entrar em contato, diretamente, com a Ouvidoria. Em relação a  
126 publicidade, estão compreendidos no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) as  
127 necessidades da Instituição como um todo, inclusive, a Ouvidoria Geral. O orçamento  
128 previsto e destacado para a Ouvidoria compreende o gasto com passagens em  
129 viagens. Salientou que a instituição realizará planejamento estratégico, com diretrizes,  
130 nos moldes do que realizado na PGE/BA e MPE/BA. Aduziu que nos termos da SAEB  
131 não há previsão de aumento de auxílio alimentação. Todavia, buscará alternativas para  
132 aumentar o valor do auxílio alimentação assim que possível. Consignou que a DPE/BA

*Vilma Reis*

*DP*

*DP*

*DP*

*DP*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DA 172ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

133 deve mostrar, de fato, a sua essencialidade. Inclusive, propôs a posse popular dos  
134 novos Defensores na Bahia de modo a reforçar a visibilidade. Consignou que haverá  
135 investimento em políticas públicas para que o assistido tenha CPF para tenha acesso  
136 ao processo judicial eletrônico, inclusive. O Presidente da ADEP/BA, em exercício,  
137 consignou que louva o momento de normalidade onde foi possível discutir o orçamento  
138 e parabeniza, ao revés do que ocorreu na gestão passada, onde foi apresentada uma  
139 tabela e um valor. Aduziu que em nome dos interesses dos associados, possui  
140 demandas, e o orçamento não contempla todas as demandas, inclusive, da própria  
141 Administração previstos no PPA. A associação entende a dificuldade e a necessidade  
142 em realizar o PPA, embora tenha buscado os representados, não sabe até que ponto  
143 as propostas apresentadas foram contempladas. Reiterou que a DPE/BA ainda não  
144 dispõe de uma carreira de servidores e tal situação merece uma análise com o cuidado  
145 devido. Aduziu que a DPE/BA não possui, ainda, no Estado da Bahia, um padrão de  
146 entendimento quanto a importância do trabalho da Defensoria quanto ao acesso à  
147 Justiça. O Presidente do CS consignou que tem demonstrado, de forma objetiva, a  
148 retomada dos espaços, não somente no âmbito Estadual. Trata-se de um trabalho de  
149 reconstrução de pontes e que possui etapas. Ressaltou que a Defensoria Pública tem  
150 um longo caminho a percorrer. As dificuldades existem, mas, não são barreiras. O  
151 Conselheiro Daniel Nicory do Prado consignou cumprimenta o Presidente do CS pela  
152 proposta apresentada e diverge muito pouco. Sugere a manutenção dos valores do  
153 FAJDPE e reconhece que é difícil executar, mas, é possível, tais como compra de  
154 livros e modernização da ESDEP. Sugere a retirada de um pouco dos recursos da  
155 ampliação do parque computacional, para investimento nos cursos de capacitação dos  
156 servidores em pelo menos 300 mil reais. A Conselheira Deliene Martins de Carvalho  
157 consignou que todos os pontos do orçamento foram exaustivamente explicados e  
158 discutidos. Aduziu que o orçamento da DPE conseguiu um avanço no momento de  
159 crise e vota pela aprovação. A Conselheira Hélia Maria Amorim Santos Barbosa  
160 consignou que o Presidente do CS foi bastante objetivo na apresentação. Aduziu que  
161 concorda com a Conselheira Deliene Martins de Carvalho, parabeniza a gestão e todos  
162 os membros da Administração Superior, e vota pela aprovação do orçamento. O  
163 Conselheiro Marcelo dos Santos Rodrigues consignou que parabeniza o Presidente do  
164 CS pela proposta orçamentária apresentada e vota pela aprovação. A Conselheira  
165 Corregedora Geral, Maria Auxiliadora Santana B. Teixeira, consignou que as  
166 explicações foram válidas. Considerando o incremento de quase 18 milhões de reais  
167 em relação a gestão passada, sente-se bastante aliviada. Consignou que parabeniza o  
168 Presidente do CS e toda a equipe, se coloca à disposição e vota pela aprovação da  
169 proposta orçamentária. O Conselheiro Subdefensor Público Geral, Rafson Saraiva  
170 Ximenes, consignou que parabeniza todos os Defensores pela conquista do  
171 orçamento. Aduziu que participou de toda a construção das negociações e relata o  
172 quanto foi difícil. Pelo critério anteriormente utilizado à gestão passada, a tendência  
173 seria uma redução orçamentária. Todavia, parabeniza todos os Defensores pela  
174 colaboração em executar os projetos e pela atuação efetiva nos espaços de poder, a  
175 exemplo do Defensor Público, Maurício Saporito, Subcoordenador Criminal, realizando  
176 audiência em Bom Jesus da Lapa; a exemplo do Defensor Público, Gilmar Bittencourt,

*Valéria Reis DR*

*DR*

*Hélia Maria Amorim Santos Barbosa*

*DR*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DA 172ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

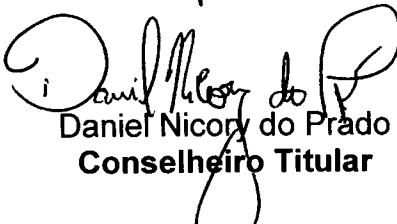
177 Presidente da ADEP/BA, em exercício, com a realização de audiências públicas em  
178 Lauro de Freitas. Salientou a participação das audiências do orçamento participativo no  
179 interior, percentualmente maior, inclusive, se comparado a Salvador. Destacou que os  
180 Defensores Públicos que atenderam ao chamado da gestão são responsáveis por  
181 interromper o processo de declínio orçamentário. Consignou que vota pela aprovação  
182 da proposta orçamentária e parabeniza todos os Defensores pela conquista. A  
183 Conselheira Rosane de Melo Assunção consignou que a Defensoria Pública da Bahia  
184 está de parabéns e vota pela aprovação da proposta orçamentária. O Presidente do CS  
185 consignou que vota pela aprovação da proposta orçamentária. Salientou que o  
186 sentimento é de alívio, todavia, mantém a sua posição de insatisfação. Consignou que  
187 encaminhará ofício informando que a Defensoria da Bahia precisa de 217 milhões de  
188 reais para atender as suas necessidades. Consignou que parabeniza todos, a exemplo  
189 da Ouvidoria da DPE/BA, que em pouco tempo conseguiu mobilizar as pessoas para  
190 participar das audiências do orçamento participativo no interior e capital. **Deliberação:**  
191 Por maioria, 06 (seis) votos, pela aprovação da proposta orçamentária para 2016.  
192 Divergente o Conselheiro Daniel Nicory do Prado, nos termos retro destacados. Nada  
193 mais havendo, o Presidente do CSDPE encerrou a presente sessão e agradeceu a  
194 presença de todos. E eu, Graziela Ogione Pereira, Secretária  
195 Executiva do CSDPE, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme,  
196 será devidamente assinada por todos.////////////////////////////////////

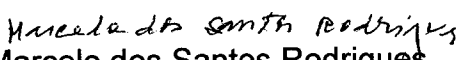
  
Clériston Cavalcante de Macêdo  
**Defensor Público Geral**  
**Presidente do Conselho Superior**

  
Rafson Saraiva Ximenes  
**Conselheiro Subdefensor Público Geral**

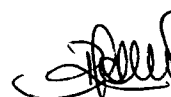
  
Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira  
**Conselheira Corregedora Geral**

  
Deliene Martins de Carvalho  
**Conselheira Titular**

  
Daniel Nicory do Prado  
**Conselheiro Titular**

  
Marcelo dos Santos Rodrigues  
**Conselheiro Titular**

  
Hélia Maria Amorim Santos Barbosa  
**Conselheira Titular**






**Defensoria Pública  
BAHIA**

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DA 172ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Gilmar Bittencourt S. Silva  
**Presidente da ADEP/BA, em exercício**

  
Rosane de Melo Assunção  
**Conselheira Titular**

  
Vilma Maria dos Santos Reis  
**Ouvidora-Geral da DPE/BA**

